



PANDEMIA E A NECROPOLÍTICA: IMPACTOS SOB A PERSPECTIVA DO RACISMO ESTRUTURAL

PANDEMIC AND NECROPOLITICS: IMPACTS FROM THE PERSPECTIVE OF STRUCTURAL RACISM

Tatiana dos Santos Schuster¹

O racismo estrutural reproduz diversos comportamentos, práticas, crenças e preconceitos com base na raça ou na etnia, que fundamentam desigualdades evitáveis e injustas. O presente trabalho, tem por tema a pandemia e desigualdade e seus impactos sob a perspectiva racial e por conta disso questiona-se, se o racismo estrutural tem influência direta na perda intensificada das vidas da população negra durante a pandemia do coronavírus, evidenciando a necropolítica. A hipótese apresentada, é que a pandemia do novo coronavírus, afetou sobremaneira a população negra também por conta do racismo que é estrutural na sociedade brasileira, aumentando ainda mais os índices das desigualdades já latentes, demonstrando a necropolítica que acaba por definir os modos de racialização na sociedade brasileira. O método de pesquisa é o dedutivo e a técnica de pesquisa a bibliográfica, com referências de diferentes autores.

Não há dúvidas que a pandemia do novo coronavirus tem alterado as relações sociais, sobretudo, pelo efeito devastador que tem afetado inúmeras pessoas. E como de maior impacto social, a população negra, que sofre com os efeitos do racismo que é estrutural no Brasil, e que se apresenta com mais intensidade neste cenário, em que as desigualdades se aprofundam, aumentando ainda mais a lacuna existente entre a população negra e os direitos fundamentais básicos.

O fato da população negra estar sendo mais uma vez vítima de uma estrutura que a coloca à margem da sociedade agora também com a pandemia do Coronavírus,

¹ SCHUSTER, Tatiana dos Santos. Mestre em Direito pelo Programa da Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul, com bolsa PROSUC/CAPES (UNISC). Integrante do Grupo de Pesquisa Integrado em Controle Social da Administração Pública (UNISC). Pós-graduada em direito previdenciário pela Universidade de Anhanguera - LFG (2011). Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2009). Advogada. E-mail: tatianass.advogada@gmail.com



tem como marco o racismo estrutural na reprodução de um sistema de desigualdades que afeta com maior força a população negra, o que no Brasil, está intrinsecamente relacionado com o não enfrentamento das consequências da escravidão que se refletiu em inúmeras mazelas sociais.

Por conseguinte, criou-se no imaginário nacional, que os problemas e as desigualdades sociais, são decorrências naturais do atraso da civilização dos povos racializados², o que justificaria a não adaptação às sociedades modernas capitalistas (GONZAGA; CUNHA, 2020, p. 3).

Por praticamente três séculos e meio, o Brasil foi o país do hemisfério ocidental com maior território escravista no mundo. Foi responsável por ter recebido em torno de 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões que embarcaram para a América e por conta disso, o Brasil foi o território que por mais tempo resistiu ao fim do tráfico negreiro, sendo também o último a abolir oficialmente o cativeiro no continente americano em 1888. Como resultado de todo este processo, é que o Brasil é o segundo país de maior população negra ou de origem africana no mundo (GOMES, 2019, p. 24).

Têm-se que o racismo é tido como um sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc., (GUIMARAES, 2009).

A desigualdade política, econômica e jurídica, são expressões que concretizam o racismo na sociedade, contudo, não se pode aduzir ao termo estrutural como algo que não é passível de se contornar e que ações políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou ainda, que não haja responsabilização por parte daquele indivíduo que pratica o ato de discriminar. Sustentar isso, seria ir de encontro aos aspectos sociais, históricos e políticos do racismo. Na verdade, o que se pretende provar é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais,

² Leia-se indígenas e negros. O branco é construído no domínio colonial não como um corpo racializado, ao contrário disso, ele se impõe enquanto modelo absoluto e universal de humanidade. Portanto, os racializados são os outros que estão abaixo ou fora da escala da humanidade.



e, portanto, discrimina sistematicamente os grupos racialmente discriminados (ALMEIDA, 2019).

Assim, a lógica racista está no centro de práticas necropolíticas, empregadas também no contexto de enfrentamento à COVID-19, particularmente nos territórios periféricos onde vivem predominantemente as populações negras e pobres. A perda de vidas negras, não é fato que somente se verificam na atualidade, tanto pelos índices de violência quando nos casos mais recentes em decorrência da pandemia.

Hoje, os negros representam 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho. De acordo com o Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. pretos e pardos são maioria entre trabalhadores desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%). O trabalho informal informalidade também atinge mais esse contingente. Enquanto 34,6% de pessoas brancas encontram-se em condições informais de trabalho, a informalidade atinge 47,3% de pretos e pardos (GOMES, 2020, p. 2).

Este contexto reflete nos ganhos a menos que a população negra percebe em comparação ao branco. Os negros representam 75,2% da parcela da população com os menores ganhos e apenas 27,7% dos 10% da população que tem maiores rendimentos registrados pelo IBGE. Homens negros ganham 56,1% dos rendimentos de um homem branco e de acordo com análises, a população branca recebe maiores rendimentos independentemente do nível de instrução. Os brancos com curso superior recebem 45% a mais que um negro com o mesmo tipo de formação (NITHARA, 2019).

São inúmeras as maneiras pelas quais essa política de morte ocorre, todas elas implícitas na sutileza e enraizadas na legitimação da noção arraigada de que a morte desses cadáveres escolhidos como sem valor é para garantir a sobrevivência daqueles que retêm determinado prestígio na sociedade (SILVA; SILVA, 2020).

A relação entre o Estado e um modelo de genocídio de populações racializadas, se explica através do conceito da necropolítica⁴. Essa perspectiva

³ A informação reúne dados de diversas pesquisas, como a Síntese dos Indicadores Sociais, o Censo e, principalmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua (PNAD Contínua) de 2018.

⁴ Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da



discute com o conceito foucaultiano de bio-poder, destacando o racismo como componente central do exercício do poder estatal, o que fundamenta o direito de deixar morrer e/ou de matar, em nome da ratificação de alguns modos de reprodução de outras vidas mais legítimas, fundando-se a ideia de quem “pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018).

Essa mudança do objeto de governança da vida para a morte reflete os modos contemporâneos de violência praticados por agentes estatais e interestatais, como ocupação, genocídio, terrorismo, contraterrorismo e contra-insurgência. Para Mbembe (2018, p. 31), a qualidade mais fiel dessa formação de terror é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, é decisiva para este encadeamento.

No cenário atual de países com histórico colonial, como o Brasil e os Estados Unidos, esse contingente vai rapidamente se deslocando para compor um significativo e crescente aumento de corpos majoritariamente negros extinto pela pandemia. Essa humanidade supérflua (BAUMAN, 2005), com lugar e função pré-definidas no sistema capitalista, vem sendo despejada em covas coletivas abertas todos os dias, resultantes desse ordenamento necropolítico, no qual o poder da morte é soberano ao direito à vida.

A morte vem justificada por conta da defesa dos riscos à economia e a segurança tornando-se fundamento ético dessa realidade (MBEMBE, 2018, p. 124). É fato que não existe nenhum movimento arquitetando quem morre ou quem vive, contudo, uma vez constatada a precariedade do sistema que atende em sua maioria a população negra e pobre, faz com que haja um extermínio biológico, realidade refletida no contexto da pandemia do COVID-19.

Curiosamente, no contexto da pandemia, o corpo de enfermagem que está na linha de frente dos cuidados às vítimas da COVID-19, são em sua maioria mulheres negras, eis que são majoritárias nesta categoria profissional⁵. Associado a isso, a mulher é que também em sua maioria, é quem tem jornada dupla de trabalho, ou seja, a precarização habitacional e a sobrecarga do trabalho doméstico ampliam a

oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual. Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Necropol%C3%ADtica>. Acesso em 28 abr. 2021.

⁵ Fundação Oswaldo Cruz, Conselho Federal de Enfermagem. Perfil da enfermagem no Brasil. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.



probabilidade de contágio no domicílio e também do seu próprio adoecimento (OLIVEIRA, 2020).

A segregação cria condições desfavoráveis à saúde, visto que, historicamente, os locais onde reside a maioria das pessoas negras são precários, com moradias estruturalmente insuficientes, sem acesso a serviços básicos de saneamento, água potável, equipamentos de saúde, à exemplo de postos de saúde, farmácias, parques e espaços de recreação, o que também leva a maior exposição à fatores de risco, além dos elevados índices de violência, o que leva ao acúmulo de agravos à saúde (Brasil, 2017; IBGE, 2019).

Conclui-se que o racismo e a desigualdade racial ficaram ainda mais evidente durante a pandemia do coronavirus e da crise sanitária que aporta neste contexto, tanto no Brasil como no mundo inteiro, principalmente porque é a população negra e pobre que mais mortes foram identificadas.

Palavras-chave: Pandemia. Desigualdade racial. Necropolítica. Racismo Estrutural.

Keywords: Pandemic. Racial inequality. Necropolitics. Structural Racism.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen; 2019.

BAUMANN, Zygmund. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de vigilância em saúde descritos segundo a variável raça/ cor, Brasil. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 48, n. 4, p. 1-35, 2017.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial e o novo coronavírus no Brasil. Análise – Trabalho e Justiça Social. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16315.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; CUNHA, Viviane Martins. Uma pandemia viral em contexto de racismo estrutural: desvelando a generificação do genocídio negro. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242819>. Acesso em: 27 abr. 2021.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: Acesso em: 21 mar. 2021

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1, 2018.

MARIANI, Daniel et al. O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país. Nexo Jornal, 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregação-no-país>>. Acesso em: 19 mar. 2021

MOURA, Clovis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita, 1994.

NITAHARA, Akemi. Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país. Levantamento do IBGE reúne dados de diversas pesquisas. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2019. (Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>). Acesso em 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00150120, 2020.

SILVA, Pedro Henrique Moreira; SILVA, Cristiane Valéria Moreira. Saúde pública e questões raciais em tempos de pandemia: um olhar à luz da necropolítica. In: Anais do Congresso Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisa em Seguridade Social. 2020. p. 198-211.